



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2016-2019

EXERCÍCIO 2017

PPA



Belém – Pará
Fevereiro/2018

PRESIDENTE

Des. Ricardo Ferreira Nunes

VICE-PRESIDENTE

Des. Leonardo de Noronha Tavares

CORREGEDORA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Des. José Maria Teixeira do Rosário

CORREGEDORA DO INTERIOR

Desa Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

Sueli Lima Ramos Azevedo

SECRETÁRIA ADJUNTA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

Maria de Nazaré Rendeiro Saleme

EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDA

DIRETORA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA

Karla Loren Lopes Gonçalves

COORDENADORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Valéria Athayde Fontelles de Lima

ANALISTA JUDICIÁRIO

Luciana Vieira de Souza Caliari

AUXILIAR JUCIÁRIO

Luciana Sá Fernandes

COORDENADOR DE ESTATÍSTICA

Fábio Djan Oliveira De Lima

ANALISTA JUDICIÁRIO

Jonelson Magno Dias

AUXILIAR JUDICIÁRIO

Luciana da Costa Souza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA	6
PROGRAMAS X FONTE DE RECURSOS	7
DESPESAS REALIZADAS POR FONTE DE RECURSOS - EXERCÍCIO 2017	7
1. PROGRAMA: ATUAÇÃO JURISDICIONAL.....	9
2. PROGRAMA: GOVERNANÇA INSTITUCIONAL.....	15
3. PROGRAMA: INFRAESTRUTURA E GESTÃO DE TIC.....	21
4. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO.....	27

APRESENTAÇÃO

O Poder Judiciário, por meio do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), apresenta documento que descreve os principais resultados obtidos dos Programas do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, ano base 2017. Cabe destacar que o PPA 2016-2019 foi elaborado em consonância com o Plano Estratégico 2015-2020.

A avaliação dos Programas foi realizada em obediência a Lei Estadual nº 8.335/2015, com o intuito de fornecer subsídios para pesquisa e conhecimento sobre ações desenvolvidas por este Poder.

Para elaboração deste relatório foram elencados os Programas do tipo Temático (Atuação Jurisdicional, Governança Institucional e Infraestrutura e Gestão de TIC), compostos por 39 (trinta e nove) ações e 10 (nove) ações do Programa manutenção da Gestão do Poder Judiciário.

O valor executado em 2017 foi de **R\$ 1.052.797.788** (um bilhão cinquenta e dois milhões setecentos e noventa e sete mil e setecentos e oitenta e oito reais), dos quais **92,63%** referem-se ao Programa Manutenção da Gestão do Poder Judiciário e **7,37%** relativos aos Programas Temáticos.

Destaca-se que do total de recursos executados em 2017, **12,20%** correspondem a recursos do Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário (FRJ), importante fonte de recursos do orçamento deste TJPA.

O Relatório foi compilado a partir das informações financeiras extraídas pela Coordenadoria de Orçamento por meio do Sistema *Business Object* (BO), conforme dados do Sistema Integrado de Administração Orçamentária e Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM).

No ano de 2017 houve a nomeação de 06 (seis) novos juízes substitutos e 226 (duzentos e vinte e seis) novos servidores provenientes do Concurso Público n.º 02/2014, sendo 85 (oitenta e cinco) analistas judiciários, 50 (cinquenta) oficiais de justiça e 91 (noventa e um) auxiliares judiciários.

Entre as realizações importantes podemos citar a criação do Selo Pará de Conciliação instituído pela Portaria nº 4960/2017-GP de 25 de outubro de 2017. O Objetivo é distinguir as unidades judiciárias e os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) que mais se destacaram na XII Semana Nacional de Conciliação. Foram premiadas 29 unidades na categoria ouro, 16 prata, 24 bronze e 54 com certificados de participação.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Cabe destacar que entre os 92 órgãos do Poder Judiciário brasileiro, o TJPA é o sétimo em progresso tecnológico (governança, gestão e infraestrutura de TIC), conforme avaliação publicada no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o terceiro entre os Tribunais de Justiça de médio porte.

Vale destacar ainda que o TJPA foi premiado pelo CNJ, pela quarta vez, com o Selo Justiça em Números, na categoria ouro, que consiste no reconhecimento dos Tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de informações administrativas e processuais, com a promoção da transparência pública e a melhoria da gestão judiciária. A premiação foi concedida durante o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

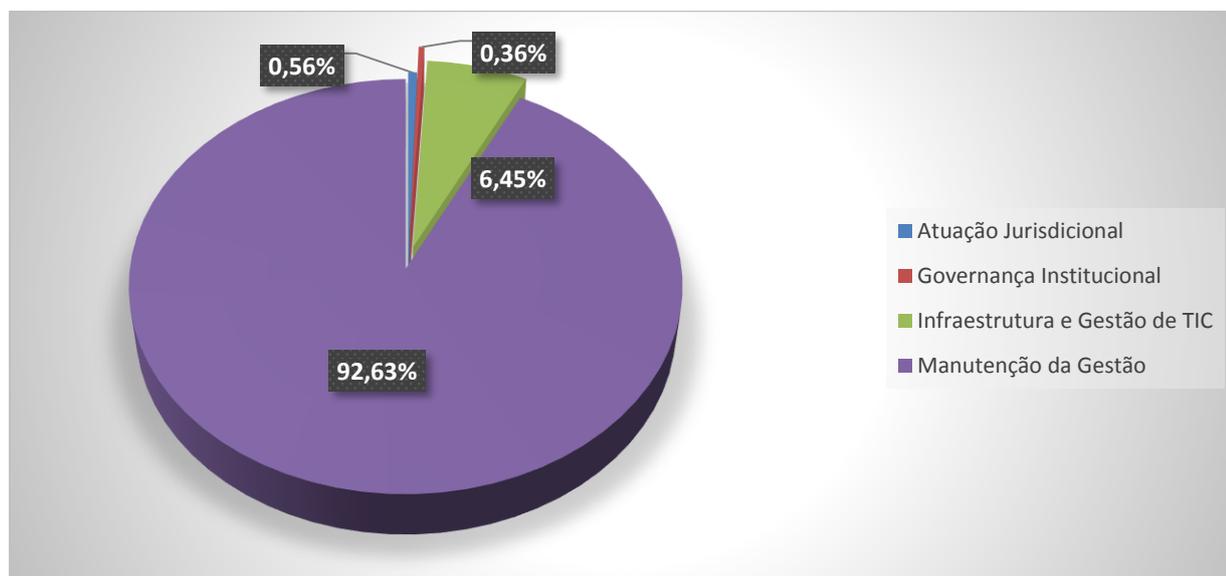
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA EXERCÍCIO 2017

PROGRAMA	Valor em R\$			%		
	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Liquidado (c)	(c÷a)x100 (d)	(c÷b)x100 (e)	(c÷Totalc)x 100 (f)
Atuação Jurisdicional (1)	10.888.985	9.666.061	5.933.409	54,49	61,38	0,56
Governança Institucional (2)	11.811.256	6.847.756	3.796.559	32,14	55,44	0,36
Infraestrutura e Gestão de TIC (3)	105.970.855	108.549.842	67.901.450	64,08	62,55	6,45
SUBTOTAL (4)	128.671.096	125.063.659	77.631.419	60,33	62,07	7,37
Manutenção da Gestão (5)	948.213.268	1.014.347.894	975.166.369	102,84	96,14	92,63
TOTAL GERAL (6) = (4+5)	1.076.884.364	1.139.411.553	1.052.797.788	97,76	92,40	100,00

Fonte: B.O/SIAFEM

Nota: Não foi considerado para efeito de totalização geral as Despesas com Inativos e Pensionistas

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (VALORES LIQUIDADOS) POR PROGRAMA (%)



Fonte: B.O/SIAFEM

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

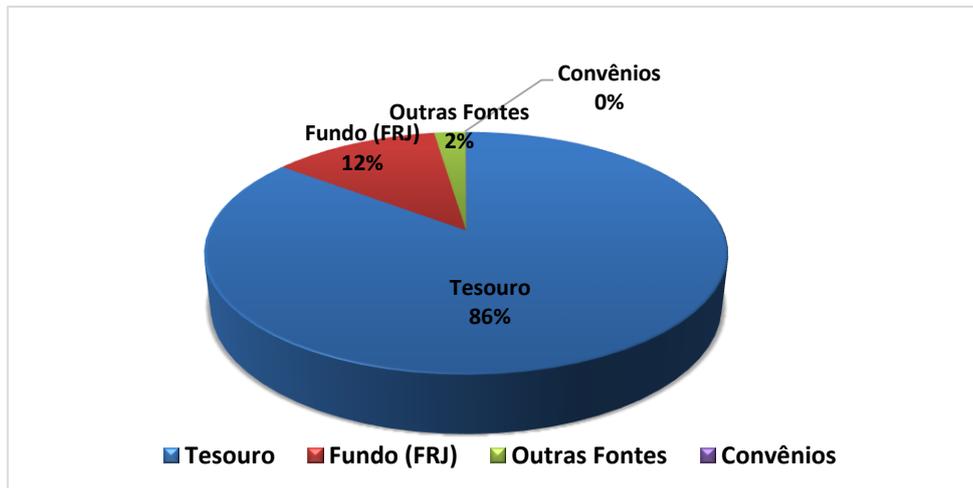
PROGRAMAS X FONTE DE RECURSOS DESPESAS REALIZADAS POR FONTE DE RECURSOS - EXERCÍCIO 2017

PROGRAMA	Valor em R\$				TOTAL
	Tesouro	Fundo (FRJ)	Outras Fontes	Convênios	
Atuação Jurisdicional	3.663.423	2.269.986	-	-	5.933.409
Governança Institucional	4.827	3.791.732	-	-	3.796.559
Infraestrutura e Gestão de TIC	-	57.052.052	10.849.397	-	67.901.450
Manutenção da Gestão	899.267.673	65.336.487	10.562.209	-	975.166.369
TOTAL (*)	3.668.250	63.113.770	10.849.397	-	77.631.419
TOTAL GERAL (a)	902.935.923	128.450.257	21.411.606		1.052.797.788 (b)
% (a/b)	85,77	12,20	2,03	-	100

Fonte: B.O/SIAFEM

(*) sem computar o Programa Manutenção da Gestão

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE (%)



Fonte: B.O/SIAFEM

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DOS PROGRAMAS DE PPA

EXERCÍCIO 2017

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

1. PROGRAMA: ATUAÇÃO JURISDICIONAL

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Órgão Executor: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Público Alvo: População do Estado do Pará

 Meta alcançada

 Meta não alcançada

Objetivo 1: Aprimorar a gestão da justiça criminal

	META	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	STATUS
1	Reduzir em 8 pontos percentuais a taxa de congestionamento de ações de execuções de penas privadas de liberdade.	TJPA	
Análise: A meta era reduzir 8 pontos percentuais nesse indicador até 2019, 2 por ano, até alcançar os 79,3%. Em 2017, em vista ao reduzido volume de baixas nos processos, o indicador alcançou 92,8%, voltando a ficar acima do previsto, que era de 83,3%.			

Objetivo 2: Buscar celeridade e produtividade da prestação jurisdicional

	META	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	STATUS
1	Ampliar em 12,5 pontos percentuais a taxa de atendimento a demanda	TJPA	
2	Reduzir em 8 pontos percentuais a taxa de congestionamento processual do poder judiciário.	TJPA	
Análise: 1- O atendimento a demanda apurado em 2017 foi de 112,5%, estando bem abaixo do esperado para o período que era 159,1%. A redução é decorrente do menor volume de baixas alcançada no período. 2- A taxa de congestionamento esperada para 2017 era de 68,6%, porém o percentual apurado foi de 77,5%, 9 pontos percentuais acima do esperado para o ano.			

Objetivo 3: Garantir os direitos de cidadania para atenuar as desigualdades sociais

	META	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	STATUS
1	Ampliar em 2% ano a número de pessoas beneficiadas com ações de cidadania	TJPA	
2	Ampliar em 5% ano o número de pessoas atendidas com ações da justiça itinerante	TJPA	
Análise: 1- Em 2017, mais de 12,6 mil pessoas foram beneficiadas, mais que o dobro (110%) do programado para o ano (6 mil atendimentos). 2- O ano de 2017 fechou com 3.647 pessoas atendidas em ações da justiça itinerante, ficando aquém do esperado (mais de 33 mil). Ressalta-se, porém, que vários eventos de itinerância foram cancelados por questões orçamentárias.			

Objetivo 4: Promover soluções de cidadania para atenuar as desigualdades sociais

	META	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	STATUS
1	Ampliar em 16% o número de atendimentos nos CEJUSC's	TJPA	
Análise: A meta é ampliar em 16% no número de atendimentos nos CEJUSC's até 2019, 4% ao ano. Em 2017 manteve-se a tendência de superação de expectativas, quando foram efetuados 12.460 atendimentos nos CEJUSC's, superando o esperado de pouco mais de mil atendimentos.			

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

FONTE DE RECURSOS - PROGRAMA ATUAÇÃO JURISDICIONAL					
Fonte	Dot. Inicial R\$ (A)	Dot. Atualizada R\$ (B)	Liquidado R\$ (C)	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	7.129.797	6.060.791	3.663.423	51,38	60,44
FRJ	3.389.188	2.235.270	2.269.986	66,98	101,55
Convênios	370.000	370.000	-	-	-
Outras Receitas	-	-	-	-	-
TOTAL	10.888.895	8.666.061	5.933.409	54,49	68,47

Fonte: B.O/SIAFEM

Quadros de Avaliação Física e Financeira

Quadro: 01

Ação	Financeiro em R\$			Produto/Un de medida	Físico		
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução		Programado	Executado	% Execução
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	220.000	179.448	81,57	Unidade judiciária atendida (Un)	165	61	36,97
<p>Análise: A implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), com a prestação de assistência aos usuários internos e externos tem sido prioridade na área de Tecnologia da Informação. Nesse sentido, houve a instalação PJE em 61 unidades:</p> <p>Abaetetuba: 1º e 2º vara cível e empresarial</p> <p>Ananindeua: 1º, 2º e 3º vara cível e empresarial, 1º e 2º vara da família, vara de fazenda pública e vara da infância e juventude, 2º vara do juizado especial.</p> <p>Benevides: 1º e 2º vara cível e empresarial e 3º vara cível</p> <p>Belém: 5º vara da fazenda pública, 1º, 2º e 3º vara de execução fiscal, 1º a 14º vara cível empresarial, 1º a 4º vara de infância e juventude, 1º e 2º turma de Direito Público, 1º e 2º turma de Direito Privado (2.º grau), Seção de Direito público e Privado (2.º grau), Tribunal Pleno, Seção de Direito Penal (2.º grau), 1º a 8º vara de família, vara distrital de Mosqueiro, turma recursal provisória, Cejusc – Varas de família.</p> <p>Concórdia do Pará: Vara única</p> <p>Marituba: 1º e 2º vara cível e empresarial</p> <p>Santa Izabel: 1º e 2º vara cível e empresarial</p>							

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Quadro: 02

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Justiça e Cidadania	1.679.492	1.349.565	80,35	Pessoa beneficiada (Un)	91.825	12.615	13,74
<p>Análise: Por meio do projeto itinerância em parceria com a Caixa Econômica Federal no exercício de 2017 foram visitados os seguintes municípios: Portel, Melgaço, Bagre, Currálinho, Soure, Breves, Afuá, São Sebastião da Boa Vista, Muaná e Ponta de Pedras. Foram analisados 3.130 processos, incluindo sentenças, despachos, audiências e decisões interlocutórias. Nos projetos Verão com justiça e futebol com justiça foram realizados 517 atendimentos e por meio do projeto Cidadania total realizado no município de Augusto Corrêa no período de 21 a 25 de agosto de 2017 foram realizados 4.000 atendimentos. Também foram realizadas ações através da Casa de Justiça e Cidadania em parceria com a OAB, Ministério Público, Defensoria Pública, CESUPA, e FABEL totalizando 4.968 atendimentos entre casamento comunitário, exames de DNA, divórcios e emissão de documentos.</p>							

Quadro: 03

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Operacionalização das Ações voltadas à Criança e ao Adolescente	150.800	9.472	6,28	Evento realizado(Un)	11	6	54,54
<p>Análise: Por meio desta ação foi realizado o seminário “A Entrega voluntária de crianças e adolescentes para adoção e o trabalho em Rede”, realizado em 24 de março de 2017, no Auditório do Fórum Cível, que objetivou promover a discussão sobre a entrega voluntária, assim como também se deu a instalação do grupo interinstitucional para a elaboração da política que organizará a entrega de crianças e adolescentes no Pará. Também foi realizada ação de capacitação em Justiça Restaurativa na comarca de Mocajuba como apoio ao Projeto “<i>Ressignificando Vidas</i>”, que objetiva sensibilizar e capacitar a comunidade da comarca para a adoção das práticas restaurativas em situações de conflito de diversas origens: escola, comunidade, judiciário e outras. As ações aconteceram nos meses de novembro e dezembro de 2017 e deverão prosseguir em 2018. Foram realizados 4 cursos para pretendentes a pais por adoção, com a participação de 90 pessoas.</p>							

Quadro: 04

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Implementação das Ações da Justiça Especializada	433.296	288.733	66,64	Atendimento realizado (Un)	4.276	519	12,14

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Análise: Foram executados por meio desta ação os projetos Esporte com Justiça e Verão com Justiça. Durante o exercício de 2017 o Esporte com Justiça, que tem objetivo de promover medidas de pacificação em eventos esportivos de grande concentração popular, em consonância com o Estatuto do Torcedor esteve presente em 35 jogos, tendo sido registradas 10 ocorrências. O projeto Verão com Justiça visa estabelecer a presença do Poder Judiciário nos principais balneários do Estado, buscando a pacificação social e a inibição da prática de infrações penais de menor potencial ofensivo, proporcionando tranquilidade às famílias que ali vão em busca de lazer e entretenimento, bem como a emissão de documentos, além de outras ações que propiciem o exercício pleno da cidadania, e o rápido atendimento de demandas relacionadas a crimes de menor potencial ofensivo, cuja ocorrência costuma aumentar durante o mês de julho, sobretudo em Salinópolis, Mosqueiro, Bragança e Outeiro. Nestas localidades ocorreram 509 atendimentos dentre prestação judicial e cidadania.

Quadro: 05

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Ampliação do Quadro Funcional – 1º grau	4.921.901	3.353.502	68,13	Magistrado/ Servidor nomeado (Un)	196	211	108
Ampliação do quadro Funcional – 2º grau	482.396	124.184	25,74	Magistrado/ Servidor nomeado (Un)	25	1	0,04
Ampliação do quadro Funcional- Apoio Indireto à Atividade Judicante	755.500	185.737	24,48	Servidor nomeado (Un)	70	21	30

Análise: No exercício de 2017 ingressaram no TJPA 06 magistrados e 227 servidores, sendo 86 analistas judiciários, 50 oficiais de justiça e 91 auxiliares. Ressalta-se que mais de 90% da ampliação de pessoal se deu para o 1º grau de jurisdição, em consonância com a iniciativa estratégica de priorização do 1º grau.

Quadro: 06

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	194.100	100.016	51,53	Correição realizada(Un)	93	92	99

Análise: Esta ação tem como objetivo garantir o exercício das atividades de correição e fiscalização das unidades judiciárias da região metropolitana e do interior. Em 2017 foram realizadas pela Corregedoria de Justiça do Interior 49 correições. Quanto a Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana foram realizadas 43 correições, sendo 41 judiciais e 2 extrajudiciais. Também foram formuladas 663 recomendações aos juízos e cartórios extrajudiciais.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Quadro: 07

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Fortalecimento do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos (NUPEMEC)	93.500	7.419	7,93	Atendimento realizado(Un)	17.612	12.460	70,74
<p>Análise: Os sete Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs) do Estado (3 em Belém e um em cada um dos municípios de Ananindeua, Santarém, Paragominas e Parauapebas) fizeram 27 mutirões de autocomposição de conflitos, garantindo um total de 6,7 mil acordos pré-processuais e 843 acordos judiciais formalizados. A ação dos Cejuscs é a face visível do trabalho do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), cuja missão institucional é garantir direitos de cidadania, soluções alternativas e resolução negociada às contendas, bem como fortalecer a justiça itinerante. Os mutirões foram organizados para dar celeridade à tramitação e diminuir o acervo de processos ajuizados. O Nupemec também firmou parcerias com instituições públicas e privadas para expandir a aplicação direta dos meios consensuais de solução de conflitos de interesses, abrindo ao jurisdicionado mais possibilidades para resolver suas demandas pela via da conciliação. Entre as parcerias destacam-se as firmadas com Instituições de Ensino Superior (IES) assegurando um intercâmbio de conhecimento técnico e operacional com o TJPA para dar celeridade ao atendimento do cidadão. Foram atendidos nos Centros 12.460 pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola Superior Madre Celeste (Esmac) – 993 • Casa de Justiça e Cidadania – 1.441 • Faculdade Metropolitana da Amazônia (Famaz) – 1.273 • Varas de Família - 1.159 • Paragominas – 698 • Parauapebas – 5.036 • Santarém – 1.860 							

Quadro: 08

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Conciliação com a Justiça	20.000	13.627	68,13	Acordo homologado(Un)	3.371	6.710	199,05
<p>Análise: Em 2017 foram realizadas duas semanas de Conciliação uma Estadual e outra Nacional. A semana Estadual de Conciliação ocorreu no período de 5 e 9 de junho, com atendimento de 15.528 pessoas, realização de 9.176 audiências e 3.107 acordos homologados. Já a XII Semana Nacional de Conciliação, realizada anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 2006, aconteceu no período de 27 de novembro a 01 de dezembro, com o atendimento de 18.821 pessoas, com 10.057 audiências que resultaram na homologação de 3.603 acordos, com um montante aproximado de R\$ 10 milhões negociados.</p>							

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Quadro: 09

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Implementação das ações da Justiça Criminal	715.076	321.706	45	Pessoa atendida(Un)	3.740	1.150	30,75

Análise: Em 2017 foram realizadas diversas atividades relacionadas a justiça criminal, sejam Esforços Concentrados para o julgamento de presos provisórios e também projetos como o Começar de Novo. Realizado pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, os Esforços Concentrados têm como objetivo regularizar a situação de presos perante a lei e evitar o agravamento do quadro de superpopulação dos presídios. Em 2017 foram apreciados mais de 8 mil processos, tendo como resultado 912 prisões revogadas.

O Projeto Começar de Novo lançou em 2017 uma campanha pela empregabilidade dos egressos do sistema penal. O objetivo é mostrar que a oportunidade de trabalho reduz a reincidência criminal e, como consequência, diminui a violência no Estado, além de conquistar a sociedade paraense para essa causa e sensibilizar os empresários para a importância de se abrir vagas de trabalho a presos do regime semiaberto, aberto e egressos do sistema penal. O TJPA também renovou o convênio com a Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE), o que possibilitou a inclusão no Projeto Começar de Novo de apenados em Livramento Condicional. De janeiro a novembro de 2017, nove reeducandos também foram encaminhados para dar continuidade aos estudos, nas redes públicas de ensino básico, com objetivo de melhorar a escolaridade e ampliar suas chances no mercado de trabalho.

Análise dos Indicadores

Quadro 01:

Indicador/Unidade/Fonte	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		2017	
		Índice	Período	Prev.	Real.
Incremento do nº de soluções alternativas de conflitos/Percentual/TJPA	Coordenadoria de Estatística do TJPA	336	2014	8%	1.646%

Análise: Em 2017 foram celebrados mais de 6,2 mil acordos, ou seja, 1.646% acima do esperado para o ano. O elevado crescimento deve-se a ampliação da estrutura dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

Quadro 02:

Indicador/Unidade/Fonte	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		2017	
		Índice	Período	Prev.	Real.
Taxa de Congestionamento processual do Poder Judiciário/Percentual/TJPA	Coordenadoria de Estatística do TJPA	72,6%	2014	68,6%	77,5%

Análise: A taxa de congestionamento apurada 77,5% ficou 8,9 pontos percentuais acima do esperado para o período.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

2. PROGRAMA: GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Órgão Executor: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Público Alvo: Unidades Judiciais e Administrativas do Poder Judiciário

- Meta alcançada
- Meta não alcançada

Objetivo 1: Fortalecer a gestão de pessoas

	META	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	STATUS
1	Capacitar 70% de magistrados e servidores	TJPA	●
Análise: Em 2017 66% de magistrados e servidores do TJPA foram capacitados, tendo sido superada a meta para o ano que era de 55%.			

Objetivo 2: Instituir a governança judiciária

	META	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	STATUS
1	Implementar 70% do cronograma de fiscalização estabelecido das receitas do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário (FRJ).	TJPA	●
Análise: Em 2017 foram realizadas 376 fiscalizações judiciais e extrajudiciais, tendo sido superada a meta estipulada para o período, ficando o percentual de implementação do cronograma em 139,3%. O elevado quantitativo ocorreu em virtude da realização da atividade de fiscalização de forma <i>online</i> .			

FONTE DE RECURSOS - PROGRAMA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL					
Fonte	Dot. Inicial R\$ (A)	Dot. Atualizada R\$ (B)	Liquidado R\$ (C)	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	-	4.827	4.827	-	100
FRJ	11.781.256	6.812.929	3.791.732	32,18	55,65
Convênios	-	-	-	-	-
Outras Receitas	30.000	30.000	-	-	-
TOTAL	11.811.256	6.847.756	3.796.559	32,14	55,44

Fonte: B.O/SIAFEM

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Quadros de Avaliação Física e Financeira

Quadro: 01

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Implementação das Ações de Comunicação e Publicidade	1.076.669	988.114	91,77	Notícia difundida (Un)	6.000	4.809	80,15

Análise: O trabalho de divulgação das atividades do TJPA ocorre junto aos veículos tradicionais de comunicação (jornais, televisões, rádios e portais de notícias) e nas mídias do próprio Tribunal (portal externo, portal interno e boletim informativo digital). Em 2017 o Tribunal foi mencionado em 3.100 matérias jornalísticas nos jornais de grande circulação em Belém. Por meio dos portais interno e externo do Tribunal foram divulgadas 1.709 notícias. O TJPA mantém perfis nas mídias sociais *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Youtube*. A página oficial do TJPA no *Facebook*, por exemplo, saltou de 9.137 seguidores para 11.477, de dezembro de 2016 a dezembro de 2017, o que representa aumento de 21% no número de seguidores no período. Para atender esta demanda, o conteúdo da maioria das 421 postagens de 2017 foi focado em serviço, orientações, projetos de repercussão social e divulgação de notícias de interesse público, com a produção de banners e vídeos para dar apoio visual e audiovisual, respectivamente, às mensagens O *post* recordista foi publicado em 1º de novembro de 2017 e anunciava a posse de 73 novos servidores do TJPA. A publicação alcançou 17.864 pessoas e provocou 409 reações (curtidas, comentários e compartilhamentos).

Quadro: 02

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores	100.000	1.531	1,53	Política implantada (Un)	1	1	100

Análise: A política de atenção integral tem um enfoque preventivo, voltada ao atendimento de magistrados, servidores e terceirizados. Dentre as ações de divulgação da política destaca-se a o Programa Temas de Saúde, lançado em fevereiro de 2017 e veiculado três vezes por semana na WebRadio Jus, por meio de entrevistas com profissionais da Coordenadoria de Saúde. Já foram abordados 18 temas, entre os quais saúde mental, câncer, vírus da gripe, ginástica laboral, curativos, aposentadoria, saúde bucal da mãe e do bebê, relações familiares, suicídio, prevenção ao câncer de mama, qualidade de vida e longevidade, dentre outros. Trata-se de um recurso de educação para promover a saúde. No portal interno do TJPA também há artigos e cartilhas sobre saúde. Para combater o sedentarismo o estresse e prevenir doenças foi disponibilizada a magistrados e servidores ginástica laboral, educação postural e aulas de treinamento funcional. A ginástica laboral já envolveu 1.096 pessoas, entre magistrados e servidores, e 115 setores, por meio de 480 visitas, além da Saúde Itinerante, que foi à Comarca de Santa Izabel e ao Fórum de Mosqueiro. Em 2017 foram atendidos pela atividade de educação postural 323 magistrados e servidores em 33 setores e 148 visitas. Na Comarca de Santa Izabel e no Fórum de Mosqueiro foram alcançados 154 servidores e magistrados. As aulas de treinamento funcional alcançaram 13 servidores. Também foram realizadas visitas técnicas aos setores avaliam postos de trabalho, descrevem as atividades, identificam riscos ambientais, orientam sobre postura, ambiente e uso adequado de ferramentas e do mobiliário, bem como sobre a relação de trabalho, conforto e bem-estar do servidor. Em 2017 houve visitas a 16 setores, envolvendo 61 servidores em Belém e Ananindeua.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Quadro: 03

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Capacitação de Magistrados e Servidores -1ª Grau	679.176	555.158	81,74	Pessoa capacitada (Un)	625	2.831	452,96
Capacitação de Magistrados e Servidores – 2º Grau	44.961	9.950	22,13	Pessoa capacitada (Un)	54	139	257,41
Capacitação de Servidores – Apoio Indireto à Atividade Judicante	549.670	267.669	48,69	Pessoa capacitada (Un)	649	579	89,21

Análise: Entre as capacitações realizadas em 2017 destaca-se o Programa oferecido na esfera gerencial para os Magistrados e Diretores de Secretaria de diversos polos do Poder Judiciário Paraense (Belém, Altamira, Castanhal e Santarém), o curso Técnicas de Gerenciamento e Liderança (137 servidores e 20 magistrados capacitados). Além deste, foram realizados cursos sobre Visão Sistêmica (Bragança, Xinguara e Belém – 68 servidores e 09 magistrados); O Fortalecimento do Poder Judiciário Paraense – Novo Regimento de Custas Processuais (Paragominas e Xinguara – 81 servidores e 1 magistrado) e O Novo Código do Processo Civil em Debate (Paragominas, Breves, Redenção, Itaituba e Capanema – 123 servidores e 05 magistrados). Outros cursos importantes foram os oferecidos em cumprimento ao Planejamento Estratégico do TJPA, como o projeto de Governança e Gestão de Riscos (04 Módulos de 24h), Gestão de Riscos, *Business Objects*, SIAFEM (em atendimento à demanda secretaria do Controle Interno) E-Social para Servidores Públicos, Gestão de Pessoas baseada em Liderança Positiva (Secretaria de Gestão de Pessoas); Instrução Normativa 05 (IN05), Termo de Referência - Elementos, Aspectos Controversos e Roteiro para Elaboração, Avaliação e Mensuração de Ativos na Administração Pública; Patrimônio GRP e THEMA (Secretaria de Administração). Assim como cursos com temas atitudinais (Gestão do tempo, *Coaching* no Serviço Público; Programação Neurolinguística - PNL) e conhecimentos básicos em competências exigidas (Editor de textos e Planilhas de Cálculos; Qualidade no Atendimento ao Público). Ao todo, foram 3.549 pessoas capacitadas, das quais 2.831 no 1º Grau, sendo 2.732 servidores e 99 magistrados, 139 no 2º Grau, 579 do Apoio Indireto.

Quadro: 04

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Capacitação de Magistrados e Servidores pela Escola Superior da Magistratura (ESM)	511.420	221.890	43,39	Pessoa capacitada(Un)	3.360	2.486	74

Análise: A Escola Superior da Magistratura (ESM) do Estado do Pará capacitou 2.486 pessoas em cursos regulares e eventos de extensão. Foram concluídos 43 cursos regulares, abordando institutos do novo Código de Processo Civil, direitos humanos, direito ambiental, direito agrário, direito registral e notarial, direito de família, direito tributário, judicialização da saúde e conciliação, totalizando 1.590 horas/aula e 1.255 alunos certificados, sendo 218 magistrados, 927 servidores e 110 outros participantes. Os eventos de extensão compreendem a conferência magna de abertura do ano letivo, a exibição de filmes e documentários seguidos de debates, a semana jurídica, os simpósios e demais eventos em parceria com a Coordenadoria dos Recursos Extraordinários e Especiais do TJPA, Associação dos Magistrados do Estado do Pará, Associação dos Notários e Registradores do Estado do Pará, Coordenadoria Estadual da Infância e

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Juventude, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Escola Paulista de Magistratura. Nestes eventos, 1.231 participantes foram certificados, totalizando 207 horas/aula.

Quadro: 05

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Eventos Institucionais	1.354.461	613.476	45,29	Pessoa beneficiada(Un)	5.693	16.589	291,39

Análise: Os eventos jurisdicionais e as ações em diferentes áreas do judiciário são organizados pela Coordenadoria de Cerimonial, que providencia e estrutura espaços e ambientes a serem utilizados, bem como acompanha as agendas da Presidência e garante apoio às atividades públicas e internas de todas as áreas e gestões específicas, em que se inclui a função precursora e posterior acompanhamento de magistrados a eventos institucionais externos, como sessões solenes, audiências públicas e recebimento de homenagens e honrarias. No âmbito institucional, há posses e promoções de magistrados, posse e homenagens a servidores, a agenda social em movimentos de apoio e auxílio a crianças, adolescentes, idosos e pessoas carentes em geral, além de coordenar as peregrinações e acolhimento deromeiros nas festividades nazarenas. Em 2017 foram 193 eventos organizados e administrados, além da produção de cartilhas, livretos, a Revista do Tribunal de Justiça do Pará de nº115, banners de serviços para o Portal, organização das visitas monitoradas, além da produção de leiautes para convites, cartazes, cartões, adesivos e uma série de outros materiais gráficos necessários à comunicação interna e externa do TJPA.

Quadro: 06

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reparcelamento do Judiciário (FRJ)	1.248.957	621.639	49,77	Fiscalização realizada(Un)	118	376	318,64

Análise: Com o objetivo de monitorar as receitas do Fundo de Reparcelamento do Judiciário (FRJ), a Coordenadoria Geral de Arrecadação realizou 236 fiscalizações judiciais virtuais em 2017:

- Protocolo Judicial Digital Integrado, com indícios de fraude na comprovação do pagamento das custas processuais, em 114 comarcas fiscalizadas;
- Escritórios advocatícios e advogados, indícios de fraude na comprovação do pagamento das custas processuais, em 114 comarcas fiscalizadas;
- Belém 4ª, 6ª, 9ª e a 13ª Vara Cível e Empresarial;
- Paragominas (Regional);
- Soure (Regional);
- Cametá (Regional); e
- Itaituba (Regional).

A equipe de fiscalização também atendeu a demandas externas conforme abaixo:

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

- Levantamento dos maiores pagadores das custas iniciais; e
- Emissão das custas processuais nos processos de execução – UNAJ Belém.

Quanto ao extrajudicial foram realizadas 140 fiscalizações, sendo 138 *online* e 2 presenciais. As fiscalizações presenciais ocorreram em dois cartórios, no 2º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais e 1º Ofício de Marabá.

Principais resultados das fiscalizações:

- Foram enviadas, pelos cartórios fiscalizados em 2017, 1.927 prestações de contas complementares, que resultaram na publicização de 558.388 atos notariais e registrais, que não haviam sido declarados nas prestações de contas originárias ou principais e, conseqüentemente, não estavam disponíveis para consulta no *link* "Validade de Selos de Segurança", do Portal Externo do TJPA.
- Foram gerados, para os cartórios fiscalizados em 2017, 1.680 boletos complementares, de que resultou a recuperação de receitas para o FRJ no valor de R\$ 802.364,67.
- Foram gerados, para os cartórios fiscalizados em 2017, 65 boletos de multas, que resultaram na arrecadação de R\$ 61.605,77 em favor do FRJ.

Quadro: 07

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário	886.500	447.391	50,47	Documento digitalizado(Un)	1.000.000	700.000	70,00

Análise: Durante o ano de 2017, a Central de Digitalização recebeu e tramitou 3.398 processos judiciais, o representa uma média de 700mil documentos digitalizado. Neste número estão incluídos os processos para envio ao STJ pelo Programa de Gestão de Peças Eletrônicas (iSTJ), bem como aqueles que são para gravação em mídia digital para intimação de partes com prerrogativa de intimação pessoal no interior.

Quadro: 08

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Padronização de Rotinas, Procedimentos e Ações do Controle Interno	300.762	63.221	21,02	Procedimento realizado(Un)	3.818	705	18,46

Análise: Esta ação é executada tanto pela Secretaria de Gestão de Pessoas quanto pela Secretaria de Controle Interno (SCI). A Secretaria de Gestão de Pessoas planejou o mapeamento das competências e atribuições dos cargos e funções dos 3.790 servidores do Tribunal de Justiça, sendo realizado avaliação de mais de 700 perfis ocupacionais. A SCI planejou duas atividades para o exercício de 2017: Fiscalização de Obras e Elaboração e Impressão de Cartilha sobre os Procedimentos de Controles Internos. Para execução da atividade de Fiscalização de Obras das Unidades Jurisdicionais foi previsto a fiscalização em 28 Municípios, tendo em vista que estavam inseridos no Plano de Obras deste TJPA, porém em 2017 apenas o município de Santa Maria do Pará demandou fiscalização de obra, pois os demais estavam em fases que não exigiam a fiscalização da SCI.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Quadro: 09

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Implementação de Ações da Área Socioambiental	65.000	6.521	10,03	Evento realizado(Un)	5	8	160

Análise: No exercício de 2017 a área socioambiental desenvolveu as seguintes ações:

- **Projeto Reciclar Direito** – busca a conscientização e mobilização do corpo funcional e força auxiliar de trabalho sobre a importância do uso consciente e racional dos recursos naturais e bens de consumo, com aprimoramento nas rotinas de trabalho, nos termos da Res. nº201/2015, do CNJ. Em 2017 foi lançado o 1º calendário sustentável pelo TJPA, confeccionado por capas de processos inservíveis e papéis descartados, com a produção de 2.500 calendários, mais de 1.598 blocos de anotações que foram distribuídos durante os cursos e treinamentos.
- **VIII Semana do Meio Ambiente** – realização de oficinas, palestras e exposições na capital e no Fórum da Comarca de Bragança durante o mês de junho de 2017.
- **Projeto Descarte Consciente** – atua na gestão e gerenciamento de resíduos gerados pelo judiciário. Em 2017, a coleta seletiva feita pelo projeto descartou mais de 8 mil toneladas de resíduos sólidos perigosos e não perigosos. Os resíduos não perigosos foram enviados a 5 Cooperativas de reciclagem parceiras do TJPA, beneficiando diretamente 149 famílias. O projeto foi indicado na plataforma Educare Infraestrutura tecnológica, criada pelo governo federal para mapear e divulgar práticas de educação ambiental e coleta seletiva em resíduos sólidos e oferecer possibilidades que inspirem a sociedade brasileira a enfrentar os desafios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- **Feira de Trocas Solidárias** – promoção da leitura e economia solidária.
- **Feira de Orgânicos** - aprovada pela presidência através da Portaria-GP nº, DJ. 26/05/17, tem por objetivo oportunizar uma ação de inclusão e impacto socioeconômico, privilegiando a economia solidária, já que pequenos produtores acompanhados pela Emater cultivam hortaliças, legumes e verduras de maneira agroecológica, sem uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos, garantindo mais saúde, qualidade, menor preço nos alimentos e maior tempo para o convívio familiar dos participantes. Em 2017 foram realizadas 12 feiras na capital.
- **Diploma “Amazônia para Sempre”** – recebido pelo Núcleo Socioambiental do TJPA através da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Belém por sua atuação profissional como incentivador para preservação e manutenção do meio ambiente.
- **Ações solidárias** - oficina com atividades lúdicas como o origami e a pintura com a temática “Esse rio tem peixe!”.
- **Capacitações** - ações de sensibilização para divulgar a cultura institucional da sustentabilidade; ambientações com novos servidores e magistrados e, ainda, a participação do órgão em eventos externos para divulgação das boas práticas em governança sustentável. Neste quesito, o Núcleo Socioambiental foi convidado a compor grupo de trabalho para o desafio da coleta seletiva no Estado pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade e para compor um grupo de trabalho em educação ambiental e resíduos sólidos da Universidade Federal do Pará.

Análise dos Indicadores

Quadro: 01

Indicador/Unidade/Fonte	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		2017	
		Índice	Período	Prev.	Real.
Índice de formação e aperfeiçoamento/percentual/TJPA	Coordenadoria de Estatística do TJPA	38	2014	50	66,3

Análise: Em 2017 foram capacitados 3.549 servidores do TJPA.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA E GESTÃO DE TIC

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Órgão Executor: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Público Alvo: População do Estado do Pará

- Meta alcançada
- Meta não alcançada

Objetivo 1: Promover a expansão e o aparelhamento da Infraestrutura do Poder Judiciário

	META	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	STATUS
1	Construir novo Datacenter	TJE	●
<p>Análise: A construção do novo datacenter encontra-se em andamento com previsão de término para o exercício de 2018, com valor estimado em 9,9 milhões.</p>			

FONTE DE RECURSOS - PROGRAMA INFRAESTRUTURA E GESTÃO DE TIC.					
Fonte	Dot. Inicial R\$ (A)	Dot. Atualizada R\$ (B)	Liquidado R\$ (C)	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	1.350.000	1.350.000	-	-	-
FRJ	57.225.590	62.504.577	57.052.052	99,7	91,28
Convênios	22.413.570	22.413.570	-	-	-
Outras Receitas	24.981.695	22.281.695	10.849.397	43,43	48,7
TOTAL	105.970.855	108.549.842	67.901.450	64,07	62,55

Fonte: B.O/SIAFEM

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Quadros de Avaliação Física e Financeira

Quadro: 01

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 1º Grau	30.454.518	3.569.770	11,72	Unidade atendida(Un)	5	2	40
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 2º Grau	-	-	-	Unidade atendida(Un)	1	-	-
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – Apoio indireto à atividade Judicante	4.123.787	4.068.283	98,65	Unidade atendida(Un)	1	-	-
<p>Análise: Esta ação visa garantir infraestrutura predial apropriada às atividades judiciais, técnicas e administrativas. No exercício de 2017 foram concluídas as seguintes obras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bloco 1 do Fórum de Ananindeua • Prédio dos juzgados Especiais na Avenida Pedro Miranda. <p>O valor despendido na ação “Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – Apoio indireto à atividade Judicante” refere-se ao valor da Obra do Datacenter executado até o ano de 2017, cuja obra encontra-se em andamento, prevista para sua entrega até o final de 2018.</p>							

Quadro: 02

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Implementação do Sistema de Segurança da Informação	32.900	3.750	11,4	Unidade atendida(Un)	227	227	100
<p>Análise: Foram realizadas várias medidas para mitigar os riscos de falhas na segurança de sistemas, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ativação de IPS (<i>Antivirus, Antispyware, Antimalware</i>) no Palo Alto para todas as redes entre comarcas e de servidores com exceção do tráfego intra-comarca. • 40% dos servidores sofreram atualizações em segurança e também em últimas versões de sistemas operacionais (Windows e Linux). • 100% dos serviços de virtualização atualizados (<i>Vmware</i>). • 25% dos servidores de aplicação atualizado (<i>JBoss</i>). • Banco de dados atualizados (<i>PostgreSQL e MSSQL</i>), Exchange, System Center, Skype atualizados. • Pesquisa em diversas tecnológicas de segurança (<i>Trend, Arbor</i>). 							

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Quadro: 03

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário -1º grau	9.874.275	7.076.801	71,67	Unidade atendida(Un)	138	51	36,96
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário -2º grau	2.257.797	1.802.635	79,84	Unidade atendida(Un)	1	1	100
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – Apoio Indireto à Atividade Judicante	1.502.299	1.415.320	94,21	Unidade atendida(Un)	5	3	60

Análise: Esta ação visa a manutenção da infraestrutura física dos imóveis do TJPA. Em 2017, 55 prédios receberam algum tipo de intervenção.

Quadro: 04

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário – 1º Grau	11.883.488	11.554.255	97,23	Unidade atendida(Un)	137	139	101,46
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário – 2º Grau	200.750	51.243	25,52	Unidade atendida(Un)	1	1	100
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário – Apoio Indireto à Atividade Judicante	3.091.352	3.010.107	97,37	Unidade atendida(Un)	5	9	100

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Análise: Durante o exercício de 2017 foram adquiridos pelo TJPA os seguintes equipamentos de segurança:

- 200 coletes balísticos para atender aos oficiais de justiça
- 100 extintores
- Placas de sinalização

Além das aquisições o TJPA conta também, com serviço de vigilância armada em 9 prédios do apoio administrativo e 40 prédios do 1º grau.

Quadro: 05

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Atualização Tecnológica dos Sistemas do Poder Judiciário	6.286.695	5.603.596	89,13	Sistema disponibilizado (Un)	14	20	143

Análise: Em 2017 foram atualizados os seguintes sistemas:

- Sistema de Elaboração e Execução Orçamentária e Financeira (SEOF): no Módulo de Execução, foi desenvolvida a rotina de alteração orçamentária, onde é possível fazer alterações orçamentárias na fase de execução com a realocação de recursos, por meio de reduções e créditos, adequação do SEOF para utilizar duas Unidades Orçamentárias (04101 - Tribunal de Justiça do Estado do Pará e 04102 - Fundo de Reparelhamento do Judiciário).
- Atualização do sistema PERGAMUM para a mais recente versão disponível, em ambiente web.
- TJPA Mobile 2.0: aplicativo para *Android* e *iOS* com um conjunto de serviços jurisdicionais do TJPA ao público interno e externo.
- BI: Geração e envio de relatórios para Selo Justiça em Números – CNJ e Criação e apresentação das tabelas constituintes nos anexos da Resolução nº CNJ 219, com o intuito de apresentar informações pertinentes à Lotação Paradigma.
- Gestão Judiciária: gráficos e tabelas que apresentam dados de gestão de uma unidade judiciária, sendo os principais indicadores Taxa de Congestionamento, Índice de atendimento à demanda e cumprimento de metas.
- Lotação Paradigma: os dados e quantitativos que subsidiam a lotação paradigma servirão para dimensionar a força de trabalho para adequá-la à demanda processual. Este projeto aplica-se ao disposto na Resolução n.º 219/2016 do CNJ.
- Consilium: pretende-se unificar as consultas processuais para que todos os clientes do TJPA utilizem a mesma interface de consulta, apresentando assim um resultado homogêneo.
- Sistema Central de Certidões: foram incluídos os processos do PJE - Juizados Especiais Cíveis - na consulta de processos para geração de Certidões de atos infracionais, que até então abrangia apenas os processos referentes ao Sistema Libra.
- Arrecadação Judicial: parcelamento de boletos, repasse dos cartórios privatizados ao tribunal, migração de custas, restituição de custas, fiscalização, relatórios, novas custas, atualização da tabela de custas.
- Custas *Web*: parcelamento de boletos, novas custas, custas intermediárias.
- Sistema de Depósitos Judiciais: contempla uma tela para emissão de guias (boletos) para pagamento de fianças online, pelos Delegados ou Agentes Policiais do Estado do Pará, mediante informação do nº de Inquérito Policial.
- SIGADOC: melhoria na produção de documentos.
- GSA: Melhoria na velocidade das consultas dos documentos cadastrados nos atos normativos.
- Novo DJE: Desenvolvimento de uma nova plataforma para a publicação do Diário de Justiça.
- Sistema de Indicadores/Corregedoria: Contendo 10 indicadores utilizados como parâmetros de produtividades das unidades judiciárias da região metropolitana de Belém.
- Sistema de Controle de correspondência.
- Sistema de produtividade do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do TJPA.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

- PJe: Implantação no 2º Grau Cível e em duas classes do Criminal; Desenvolvimento do fluxo do 2º Grau; Aperfeiçoamento do fluxo da Turma Recursal; Desenvolvimento do fluxo para a competência de execução fiscal; PJe migração e PJe relatórios.
- Sistema de Arrecadação Extrajudicial: implementação do recebimento de arquivo de título para protesto de CDA's;
- LIBRA: lotação de usuários externos no Libra, telas para gestão de origens e área de distribuição de mandados (criação, edição e exclusão), funcionalidade no LIBRA que permita ao usuário (perfil de administrador) reativar processo excluído, Integração com o *web-service* dos Precedentes Obrigatórios, integração com a SUSIPE (INFOPEN –PA), adaptação no módulo de demandas repetitivas no Sistema LIBRA, gerenciamento de Sessões com Processos Administrativos, relatório de Presos Provisórios no 2º Grau de Jurisdição, ajuste na Sessão de Julgamento com disponibilização do Voto vista, disponibilização do quantitativo de processos julgados, otimização do fluxo de tratamento do Agravo de instrumento com implementação de aviso referente a decisão de agravo que afetem processos em tramitação no 1º grau, bem como acompanhamento por parte dos órgãos julgadores do 2º grau da visualização dessas decisões, possibilidade de Varas de 1º grau arquivar autos de Agravos de instrumento, relatório estatístico de execução criminal, implementação de ferramenta que dispare um comunicado eletrônico (*email*) ao Juízo originário notificando sobre decisões proferidas em Agravo de Instrumento, desenvolvimento de funcionalidade de consulta, cadastro e alteração de Central de Mandados, protocolos e de UNAJ, no formulário de cadastro de documento – Revogação de Prisão (Decisão Interlocutória – 128) permitir a associação ao mandado que determinou a prisão.

Quadro: 06

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º grau	17.810.288	16.784.453	94,24	Unidade atendida(Un)	102	112	109,8
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 2º grau	4.487.305	4.170.330	92,94	Unidade atendida(Un)	6	6	100
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário – Apoio Indireto e Atividade Judicante	17.508.914	6.104.559	34,86	Unidade atendida(Un)	6	6	100

Análise: No exercício de 2017 não houve aquisição de equipamentos de informática, havendo apenas a distribuição de itens que foram adquiridos no exercício de 2016. Quanto à manutenção tecnológica foram executadas despesas com contratos de fibra ótica, Prodepa, Embratel (interligação das comarcas), suporte a serviço, licenças Microsoft, telefonia móvel e fixa, licenciamento de banco de dados e servidores de aplicação.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Quadro: 07

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Aparelhamento das Unidades Judiciárias – 1º grau	2.977.328	2.188.204	73,5	Unidade equipada(Un)	136	117	86,03
Aparelhamento das Unidades Judiciárias – 2º grau	255.756	204.282	80	Unidade equipada(Un)	1	1	100
Aparelhamento das Unidades Judiciárias – Apoio Indireto à Atividade Judicante	571.116	293.819	51,45	Unidade equipada(Un)	5	5	100
<p>Análise: Dentre as aquisições de bens permanentes em 2017 foram adquiridos veículos e materiais de informática que foram distribuídos nas seguintes proporções entre as unidades judiciárias: 54% para o 1º grau (Comarcas do interior), (15%) 1º grau Belém, (25%) para os setores do apoio administrativo e (6%) para o 2º grau em Belém.</p>							

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

4. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Órgão Responsável: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Órgão Executor: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Público Alvo: População do Estado do Pará

FONTE DE RECURSOS - PROGRAMA MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.

Fonte	Dot. Inicial R\$ (A)	Dot. Atualizada R\$ (B)	Liquidado R\$ (C)	(C/A) %	(C/B) %
Tesouro	890.550.252	930.425.961	899.267.673	101	97
FRJ	57.610.646	71.700.384	65.336.487	113	91
Convênios	-	-	-	-	-
Outras Receitas	52.370	12.221.549	10.562.209	20.168	86
TOTAL	948.213.268	1.014.347.894	975.166.369	103	96

Fonte: GP Pará/SIAFEM

Quadros de Avaliação Física e Financeira

Quadro: 01

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde – 1º grau	6.737.581	6.160.294	91,43	Número de Usuários do Plano de Saúde(Un)	2.661	7.017	263,69
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde – 2º grau	884.858	509.000	57,52	Número de Usuários do Plano de Saúde(Un)	302	646	213,90
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde – Apoio Indireto à Atividade Judicante	3.458.561	2.414.771	69,82	Número de Usuários do Plano de Saúde(Un)	2.837	2.077	73,21

Análise: As ações em questão referem-se ao número vidas de magistrados, servidores e dependentes no plano de assistência à saúde que abrangeu em 2017 um total de 9.740 beneficiários entre as áreas de 1º, 2º grau e Apoio Indireto. A previsão das metas físicas consideram somente o quantitativo de vidas dos Titulares (Servidores e Magistrados) e não o número total de Vidas (Titulares e Dependentes) do plano de assistência à saúde de 5.800 vidas.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Quadro: 02

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Auxílio Alimentação – 1º grau	46.572.828	38.196.335	82,01	Pessoa beneficiada(Un)	2.661	3.174	119,28
Auxílio Alimentação – 2º grau	6.128.394	5.093.283	83,11	Pessoa beneficiada(Un)	332	371	111,75
Auxílio Alimentação – Apoio Indireto à Judicante	17.571.306	14.620.054	83,20	Pessoa beneficiada(Un)	1.015	1.033	101,77

Análise: Em 2017 foram beneficiadas com auxílio alimentação 4.578 pessoas entre magistrados e servidores.

Quadro: 03

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Auxílio Transporte – 1º grau	13.434.141	13.314.652	99,11	Servidor beneficiado(Un)	2.650	1.950	73,58
Auxílio Transporte – 2º grau	470.942	470.060	99,81	Servidor beneficiado(Un)	89	125	140,45
Auxílio Transporte – Apoio Indireto à Atividade Judicante	1.028.077	973.806	94,72	Servidor Beneficiado(Un)	504	554	109,92

Análise: O TJPA no exercício de 2017 beneficiou 2.629 servidores com auxílio transporte.

Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019 - Exercício 2017

Quadro: 04

Ação	Financeiro em R\$			Físico			
	Dot/ Atualizada OGE 2017	Executado	% Execução	Produto/Un de medida	Programado	Executado	% Execução
Assistência Médica e Odontológica	595.000	161.308	27,11	Atendimento realizado (Un)	2.600	8.723	335,5
<p>Análise: Dos atendimentos realizados em 2017, 5.826 são de natureza médica e 2.897, de natureza odontológica. O percentual elevado de execução resulta de um esforço concentrado das equipes de saúde em prestar assistência de qualidade – gerando com isso aumento da demanda, bem como pelo aumento de magistrados e servidores no corpo funcional do TJPA. Todos os atendimentos visam garantir e/ou restituir a saúde dos membros desta Casa de Justiça, a melhoria da qualidade de vida e a consequente melhoria da prestação jurisdicional.</p>							

